

Das “aldeias” à “cidade” e da “cidade” às “aldeias”: mobilidade, política e presença indígena em Atalaia do Norte-AM¹

Rodrigo Oliveira Braga Reis (UFAM e PPGAS/MN/UFRJ)

Palavras-chave: Atalaia do Norte; Censo Colaborativo; Povos Indígenas

A partir de conversas com vereadores indígenas, representantes de associações e com o Secretário Municipal de Assuntos Indígenas, o senhor Darcy Duarth Comapa (indígena Marubo), ocorridas em dezembro de 2017, foi manifestada a demanda por estudos sobre a população indígena no perímetro urbano do município de Atalaia do Norte². A impressão compartilhada naquele momento era de um forte aumento da quantidade de indígenas residindo na sede municipal, as informações variando entre 800 e 1500 indivíduos, e, apesar da atuação de diferentes organizações indígenas, alegavam que não havia no momento um controle sobre este fenômeno. Diante disto, no ano de 2018 se desenvolveu uma investigação, elaborada e executada a partir do diálogo e da colaboração estabelecida entre pesquisadores e extensionistas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), indigenistas e, principalmente, lideranças e representantes de organizações indígenas do Vale do Javari.

O aumento da presença indígena em Atalaia do Norte coincide com o período pós-demarcação da Terra Indígena Vale do Javari (TIVJ), portanto, uma nova situação histórica das relações entre indígenas e não indígenas, entre terra indígena e cidade. Nesta nova situação também ocorreram diversas transformações na organização política dos povos indígenas do Vale do Javari, o Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA) foi substituído por uma nova organização - a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) - e observa-se o surgimento de associações de abrangência mais restrita, delimitadas pelo pertencimento étnico e/ou pela localização da comunidade.

No processo de mobilização pela demarcação e no período imediatamente após a conquista da terra demarcada as organizações indígenas eram majoritariamente lideradas por indígenas do povo Marubo, o que convergia para que, nos primeiros anos

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Não foi a primeira vez que esta demanda foi apresentada por lideranças indígenas do Vale do Javari, tendo sido um dos aspectos que marcaram os diálogos que resultaram em projetos de extensão do Curso de Bacharelado em Antropologia da UFAM entre 2007 e 2010 (Reis et al., 2020).

deste século, os indígenas residentes em Atalaia do Norte também fossem em sua maioria deste povo. A criação de associações etnicamente delimitadas e a consequente residência de seus representantes na sede do município, se não justifica o quadro atual, ao menos, pode ter facilitado os deslocamentos (permanentes ou temporários) de indígenas dos outros povos.

Um segundo aspecto a ser considerado é a alegação de que os indígenas mais jovens se deslocam para a cidade para estudar, sobretudo, com o intuito de conclusão do Ensino Médio. Considerando levantamentos realizados em 2008³ e em 2012 (Paz, 2014), podemos observar a intensidade do deslocamento de indígenas para a área urbana do município com este objetivo. Os dados de 2008 que resultam de uma mobilização e levantamento conduzido por lideranças indígenas registram somente dezoito indígenas cursando algum dos anos do Ensino Médio, enquanto que os dados registrados por Paz (2014) somam 148 indígenas matriculados no Ensino Médio em escolas sediadas no perímetro urbano, o que equivale a uma diferença de 720%.

Observamos também que, além das lideranças de organizações indígenas e estudantes, devemos considerar os funcionários em órgãos públicos como a FUNAI e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). E, que uma parcela da população indígena do Vale do Javari mantém um deslocamento rotineiro entre aldeias e as cidades, sobretudo, para tratamentos médicos ou para acompanhamento de parentes doentes em busca de atendimento e para o recebimento de auxílios financeiros do estado (aposentadoria, bolsa-família...).

Ainda que o foco da pesquisa seja a presença na cidade de Atalaia do Norte, cabe registrar que este não é o único destino, especialmente quando os deslocamentos estão relacionados a tratamentos médicos e a busca de serviços bancários. No que tange à saúde, na sede de Atalaia do Norte está instalada a administração do DSEI-Vale do Javari e uma CASAI. Além dos Postos de Saúde e Hospital municipais; e em Tabatinga encontra-se uma Casa de Apoio do DSEI-Vale do Javari, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o Hospital de Guarnição de Tabatinga (HGuT), sendo este último o hospital de referência para os municípios da microrregião do Alto Solimões. Também em Tabatinga, encontra-se o aeroporto que atende à toda a região, sendo, portanto, o destino dos pacientes que, por necessitarem de atendimento de média e alta complexidade, se deslocam para a cidade de Manaus. Quanto aos serviços bancários,

³ Este levantamento foi realizado no processo de organização do Curso Preparatório para o Ingresso de Estudantes Indígenas no Ensino Superior (Projeto de extensão - UFAM).

Atalaia do Norte possui uma casa lotérica, um posto do Banco Bradesco e correspondentes bancários deste em casas comerciais. Para recebimento dos pagamentos realizados pelo Banco do Brasil, em 2018, recorriam a agência dos Correios da cidade (sempre com pouquíssimo efetivo disponível) ou em Benjamin Constant, esta que também possui um Caixa Eletrônico do Banco do Brasil, funcionando precariamente, e uma agência do Bradesco. Em Benjamin Constant há uma agência do INSS. Somente em Tabatinga há agências bancárias da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, assim como há uma do Bradesco.

O município de Atalaia do Norte está situado à margem direita do rio Javari, o qual toda sua extensão serve como marco natural para demarcação do limite do Brasil com o Peru, seu território abriga dois Pelotões Especiais de Fronteira - Estirão do Equador e Palmeiras do Javari – e cerca de 85% corresponde à TIVJ. Integra a microrregião do Alto Solimões, da qual também fazem parte os municípios de Amaturá, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins, assim como, a “Faixa de Fronteira” e são considerados “Área de Segurança Nacional”.

Em termos populacionais, os censos realizados pelo IBGE em 2000 e 2010 demonstram que Atalaia do Norte apresenta crescimento relativo superior ao do estado do Amazonas (50,75%) tendo sua população estimada em 10.049 e 15.153 nos últimos censos, e uma estimativa de 20.938 pessoas para 2020⁴. Os dados indicam ainda que a população está concentrada principalmente na zona rural do município com 8260 pessoas (54.51%), sendo 4310 homens (52.18%) e 3950 mulheres (47.82%). Na área urbana do município a estimativa oficial foi de 6893 pessoas (45.49%), das quais 3542 homens (51.38%) e 3351 mulheres (48.62%). Da população de 15153 habitantes, 6274 (41,4%) se autodeclararam indígenas.

A partir destas informações e animados pelas lideranças e estudantes indígenas realizamos uma investigação colaborativa da qual foi divulgado um relatório preliminar (Reis et al., 2020) e parte de seus dados serão analisados a seguir.

Nota metodológica

O levantamento de informações sobre a população indígena no perímetro urbano de Atalaia do Norte foi realizado a partir de uma pesquisa colaborativa, envolvendo representantes de organizações indígenas, lideranças, indigenistas, pesquisadores e

⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/atalaia-do-norte/panorama> (Acesso em 10 de setembro de 2020).

discentes do Instituto de Natureza e Cultura/UFAM e do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga/UEA. Assumimos esta perspectiva colaborativa a partir de experiências anteriores com organizações e populações indígenas do Vale do Javari. Além disso, análises do Censo do IBGE de 2010 corroboram para a opção por uma metodologia de pesquisa que tenha a colaboração dos indígenas em todas as suas atividades. Em especial, as observações formuladas sobre os riscos de um entendimento diferenciado das perguntas do Censo e os possíveis reflexos nos resultados divulgados (Campos e Estanislau, 2016, p.443). Assim, os indígenas atuaram não somente na aplicação dos questionários, mas, desde a definição dos temas e elaboração das questões que compuseram o instrumento de pesquisa até a discussão preliminar dos resultados em evento público.

1 Um censo indígena de Atalaia do Norte

A definição das casas a serem recenseadas resultou da indicação de lideranças e representantes de organizações indígenas. Definindo assim, tanto a amostra a ser analisada quanto o recorte da origem e dos povos indígenas de interesse da pesquisa, numa articulação de relações de afinidade, parentesco, vizinhança e pertencimento étnico. Essa ressalva é importante para deixarmos claro que se tratou de uma investigação voltada a indivíduos de povos que habitam a Terra Indígena Vale do Javari: Kanamari, Kulina-Pano, Marubo, Matis e Matsés. No entanto, como resultado das diversas relações estabelecidas na cidade, dentre elas as de casamento, foram identificados indivíduos de outros povos indígenas como será demonstrado a seguir. Cabe ressaltar que não ignoramos a reivindicação de reconhecimento dos Kokama, inclusive sua luta pela demarcação de Terra Indígena em área pertencente ao município de Atalaia do Norte, mas a pesquisa em tela foi orientada por uma demanda específica.

Foram identificados 136 domicílios, sendo aplicados 110 questionários, pois 26 casas estavam fechadas, ou devido os horários de trabalho não conseguimos pessoas que aceitassem responder. Das pessoas que responderam ao questionário 48 são Marubo, 32 Matsés, 09 Matis, 20 Kanamari e um Kokama (esposo de uma mulher Kanamari), sendo 60 do sexo masculino e 50 do sexo feminino. E, a maior parte dos entrevistados/as tinham entre 20 e 49 anos de idade (81 pessoas). Dos 110 questionários aplicados contabiliza-se 748 indígenas, 15 não indígenas e 4 pessoas não foram identificadas como sendo ou não indígenas pelos entrevistados/as. Do total de indígenas, 416 são homens, 329 mulheres e 3 não foram identificados nem como homens, nem como

mulheres, por quem respondeu ao questionário. Este total de 748 pessoas corresponderia a 3,75% da população total do município de Atalaia do Norte estimada pelo IBGE em 19.921 pessoas para 2019.

Na Tabela 1 apresentamos os dados organizados por povo, sexo e faixas etárias. Nela podemos observar que os maiores contingentes populacionais são de Marubo e Matsés, seguidos por Kanamari, Matis, Kokama, Kulina, Tikuna, Kaxinawa e Yagua⁵. No que se refere aos povos pertencentes a TI Vale do Javari, nota-se, com exceção dos Kulina, maior quantidade de pessoas do sexo masculino, especialmente entre os Matis em que as mulheres representam menos da metade dos residentes em Atalaia do Norte.

Tabela 1 - População indígena por Povo, Faixa Etária e Sexo

Faixa Etária	Kanamari		Kokama		Kulina		Kaxinawa		Marubo			Matis		Matsés			Tikuna		Yagua		Total
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	NR	Homem	Mulher	Homem	Mulher	NR	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
0 a 3 anos	11	7	3	0	0	0	0	0	17	15	0	1	3	13	15	0	0	1	0	0	86
4 a 7 anos	11	9	0	1	0	0	0	0	18	14	0	5	3	14	15	0	1	0	0	0	91
8 a 12 anos	16	12	3	0	0	1	0	0	17	16	0	4	1	23	14	0	0	0	0	0	107
13 a 18 anos	12	10	0	2	1	1	0	0	38	23	0	10	3	29	17	0	0	0	0	0	146
19 a 25 anos	9	6	2	1	1	0	0	0	25	19	1	14	6	30	23	0	0	0	1	0	138
26 a 30 anos	1	8	0	0	0	0	0	0	10	17	0	3	2	6	5	0	0	1	0	0	53
31 a 39 anos	5	4	0	1	0	0	0	0	16	6	0	4	1	5	6	0	0	1	0	0	49
40 a 45 anos	2	2	1	0	0	2	0	0	5	2	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	16
46 a 49 anos	0	1	0	0	0	0	0	0	2	4	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	11
50 a 59 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	3	4	0	0	0	0	0	11
60 a 65 anos	1	2	0	0	0	0	0	0	4	4	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	12
mais de 65 anos	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	7
Não sabe/não respondeu	3	6	0	0	0	0	0	1	6	2	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	21
Homens/ Mulheres/ povo	72	68	9	5	2	4	0	1	161	125	1	42	19	128	104	2	1	3	1	0	
Total/povo	140		14		6		1		287			61		234			4		1		748

Quanto a pirâmide etária (Gráfico 1) observa-se a maioria masculina em quase todas as faixas etárias, com exceção para as duas faixas que correspondem às pessoas maiores de 60 anos e à que corresponde dos 26 aos 30 anos. Chama atenção as duas faixas que correspondem ao que se classifica comumente como “adolescência” (13 a 18) e “juventude” (19 a 25). Somadas, estas duas faixas correspondem a 37,8% do total de indígenas o que deve ser considerado para uma investigação mais detalhada do perfil da população e das suas possibilidades de inserção em ambientes escolares e de trabalho, assim como, nos espaços de sociabilidade na cidade. É justamente nestas faixas que a maioria masculina é mais significativa, correspondendo a 59,9% entre as pessoas com idade entre 19 e 25 anos, e 61,6% entre os que possuem entre 13 e 18 anos. Tal diferença pode ajudar a compreender o perfil das pessoas que se deslocam para a cidade com a finalidade de dar continuidade aos estudos escolares. Se considerarmos a relação entre “idade escolar” e “sexo”, podemos afirmar que a maioria dos indígenas que se

⁵ Tendo sido a pesquisa direcionada a pessoas pertencentes aos povos da TI Vale do Javari, ressaltamos que os indivíduos dos povos Kokama, Kaxinawá, Tikuna e Yagua identificados resultam das relações de parentesco e afinidade entre estes povos e a coabitação na cidade.

deslocam para continuar os estudos escolares são homens. Contudo, para um maior detalhamento da situação caberia uma comparação com as pessoas das mesmas faixas etárias que permanecem nas aldeias.

Gráfico 1 – Pirâmide Etária



Uma outra consideração, que corrobora para a identificação de que há uma maioria masculina entre “adolescentes” e “jovens” que se deslocam para a cidade, é possível ao observarmos os números correspondentes às faixas etárias da infância. Entre os 8 e 12 anos, nota-se também uma significativa diferença entre homens (58,9%) e mulheres (41,1%). No entanto, tal diferença cai nas duas primeiras faixas, sendo: 53,8% homens e 46,2% mulheres, entre 4 e 7 anos; e, entre 0 e 3 anos, são 52,3% homens e 47,7% mulheres. Ao cruzar estes dados com as informações relacionadas ao tempo em que estão morando na cidade de Atalaia do Norte, observamos que no período de maior crescimento do número de famílias residindo na cidade (entre 2008 e 2018)⁶ a diferença entre os nascidos do sexo masculino e do sexo feminino é menor do que entre os maiores de 12 anos, ou seja, entre a maioria dos que se deslocaram para a cidade. Tal análise pode ser melhor detalhada se comparada a informações de pessoas que nasceram em Atalaia do Norte e que nunca moraram na terra indígena, pois, com os dados levantados não conseguirmos afirmar precisamente quantos dos indígenas menores de 8 anos nunca moraram na Terra Indígena.

Buscamos identificar os locais de nascimento dos indígenas que vivem hoje na área urbana de Atalaia do Norte. Se considerarmos as respostas “Cidade” (35), “Benjamin Constant” (17), “Atalaia do Norte” (156), “Manaus” (1), “Rio de Janeiro” (1), “São Paulo de Olivença” (1), Tabatinga” (14) e os dois nascidos nos Pelotões Especiais de Fronteira temos um percentual de 30% de pessoas nascidas fora das aldeias do Vale do Javari. Das aldeias de nascimento destacam-se com mais de vinte pessoas: Irari

⁶ Sobre o ano em que mudaram para a cidade tivemos as seguintes respostas: Antes de 2008 (44); Entre 2009 e 2013 (20); Entre 2014 e 2017 (38); e Entre 2017 e 2018 (8).

(Kanamari, 23 pessoas), Lobo (Matsés, 24 pessoas), São Sebastião (Marubo, 25 pessoas), Maronal (Marubo, 27 pessoas), Vida Nova (Marubo, 37 pessoas) e Rio Novo (Marubo, 43 pessoas)⁷.

Cabe observar que não deve se estabelecer uma relação imediata entre os nascimentos fora das aldeias e a moradia na cidade, pois, por diferentes motivos – como a necessidade de um parto cirúrgico e problemas de saúde das parturientes – há deslocamentos para cidades no período de realização dos partos e o posterior retorno às aldeias. Contudo, ao questionarmos sobre o número de partos realizados depois que já estavam morando na cidade, obtivemos um total de 162 partos. Esta cifra se aproxima ao do total de indígenas que possuem entre 0 e 12 anos de idade e que nasceram fora das aldeias da TI Vale do Javari: 169.

1.1 Distribuição espacial e condições de moradia

A partir da indicação das casas a serem recenseadas foi possível identificar a distribuição dos indígenas na cidade. As áreas localizadas próximas ao rio Javari, especialmente o bairro Portelinha e um conjunto de casas construídas sobre palafitas conhecido como Ponte, são facilmente inundadas pelas cheias todos os anos. Há uma área central e mais antiga, que compreende fundamentalmente as ruas Cunha Gomes e João Batista, que tem casas de vários Marubo da família Comapa. E, em uma área totalmente afastada do rio Javari, temos outra forte ocupação principalmente entre a rua do Quixito e a Estrada do Boia, em que não há sequer ruas. Nós priorizamos na pesquisa as casas consideradas dentro do perímetro urbano, assim, não estendemos para casas situadas na estrada que liga Atalaia do Norte a Benjamin Constant.

Após a aplicação-teste do questionário algumas lideranças solicitaram que houvesse perguntas sobre a propriedade das casas – se haviam comprado ou não –, incluindo a origem dos recursos para casas compradas. A pergunta sobre a origem dos recursos parecia ser problemática em um primeiro momento e foi debatido sobre a possibilidade de uma alta recusa em ser respondida, no entanto, esta demanda foi atendida e trouxe resultados interessantes. Identificou-se que 83,6% das casas são próprias e quitadas, mas também há casas que são cedidas por parentes ou organizações e famílias que moram em residências alugadas. Quanto a origem dos recursos para aquisição dos imóveis os resultados se contrapõem aos discursos, eivados de preconceito e

⁷ Além de outras aldeias, os/as entrevistados/as também forneceram a indicação de outros locais de nascimento, dentre os quais temos que considerar comunidades que já não existem mais e alguns responderam com os nomes de rios que formam o vale do Javari.

desinformação, de que são adquiridos com o recurso do Bolsa Família. Das 92 casas próprias e quitadas, 42 casas foram compradas com salário, 19 casas foram compradas com o dinheiro de aposentadoria e apenas três respostas afirmam ter adquirido a casa com recurso do Bolsa Família.

As construções não fogem ao padrão da maioria das casas da cidade: 99 são de madeira; apenas de 06 (seis) são de alvenaria e outras são mesclas de alvenaria e madeira; em 96,4% o telhado é de zinco ou de amianto. Quanto ao acesso e tratamento de água para consumo, em 75 casas há distribuição de água exclusiva, porém, uma grande parcela capta água da chuva (39). Em 86 casas afirmaram tratar a água com hipoclorito de sódio – em diversas oportunidades foi informado que quando há interrupção da distribuição do hipoclorito de sódio é afetada a saúde das pessoas e que a água distribuída pela rede pública é imprópria para o consumo.

Corroborando com a lamentável situação dos municípios amazonenses, em Atalaia do Norte não há rede de esgoto e saneamento básico, assim, na maioria das casas de indígenas os dejetos têm como destino valas que levam a terrenos baldio, ou para o rio e igarapés, e fossas rudimentares. Para o descarte de resíduos sólidos, 81 entrevistados/as afirmam utilizar o serviço de coleta da prefeitura, 38 que queimam o lixo, 4 jogam em terreno baldio e 1 afirma jogar no rio/igarapé. Quase a totalidade, 107 residências, possuem acesso à energia elétrica.

Quanto a bens de consumo e eletrodomésticos, podemos verificar que os itens mais frequentes são: fogão a gás (109), telefone celular (100) e geladeira/freezer (89). Enquanto meios de transporte foram mencionadas 52 motocicletas, 22 embarcações (madeira ou alumínio) e 17 bicicletas, nenhum dos entrevistados mencionou possuir carro ou caminhão. Apesar de o aparelho de telefonia celular ser o segundo item mais presente nas casas, o acesso à informação parece ser limitado, pois, somente seis casas afirmaram possuir conexão à internet.

1.2 Saúde, segurança e soberania alimentar

A “procura de melhores condições de saúde” foi o segundo entre os motivos principais para mudar para a cidade (Quadro 1). Metade dos entrevistados/as que indicaram este motivo mudaram para a cidade antes de 2008, outros dois mudaram entre 2009 e 2013, um mudou entre 2014 e 2017 e três haviam se mudado há menos de um ano da realização da pesquisa. Os Marubo representam 50% das famílias que atribuíram

esta motivação ao deslocamento para a cidade, seguidos por cinco famílias Kanamari e uma Matsés.

Quadro 1 – Principais motivos para mudar para a cidade

Conflito interno na comunidade de residência anterior	1	Casamento	4
Conflito de terra	1	Atuação no movimento indígena	4
Conflitos familiares	1	Acompanhando familiares	4
Questões religiosas	1	Procura de trabalho	5
Sempre morou na cidade	1	Procura de melhores condições de saúde	12
Transferência de trabalho	3	Procura de melhores condições de educação	73

Para os fins da presente comunicação não detalharemos os dados relacionados às necessidades de atendimento, sobre os locais em que isso ocorre e por quem são atendidos, assim como, sobre a avaliação dos indígenas sobre os serviços de saúde. Estas informações encontram-se disponíveis em um relatório publicado (Reis et al., 2020).

Pensando nos deslocamentos entre aldeias e cidade cabe destacar que buscamos saber se alguns dos indígenas moradores da cidade precisaram voltar para a aldeia por problemas de saúde. Dos 110 domicílios recenseados, 33 responderam que “Sim”, 73 “Não” e 4 não responderam. Entre as pessoas que descreveram os motivos para o deslocamento para às aldeias por problemas de saúde destacam-se as afirmações de “tratamento” ou “atendimento” com o “pajé” e ainda as que consideram que determinadas doenças não são “de branco”. Consideramos relevante esta movimentação, pois representa tanto a manutenção de algumas práticas de cura não dependentes da estrutura hospitalar – sendo que na cidade também são procuradas as pessoas reconhecidas como “pajés” –, quanto dos laços entre moradores da cidade e das aldeias.

Devido muitas das casas estarem localizadas em áreas suscetíveis a alagação com a cheia anual do rio Javari, constatamos que 46 imóveis não possuem quintal. Esta situação interfere diretamente na alimentação das famílias, pois restringe o plantio de alimentos e a criação de animais, levando a uma maior dependência de recursos monetários para aquisição de gêneros alimentícios. Das 64 casas que possuem áreas que poderiam ser destinadas à plantação ou criação de animais, apenas 30 responderam positivamente quanto à existência de plantações e um número ainda menor, 11 casas, confirmam a criação de animais com fins de produção de alimentos. Dentre as espécies

cultivadas, encontramos muitas frutas, hortaliças e plantas medicinais. E, das criações de animais: galinhas (9) e patos (2). Além das plantações e criações nas residências, foram identificadas, a existência de plantios de roça em um sítio adquirido pelo CIVAJA e na casa de Almério Wadick (ou Kell) e algumas famílias afirmam manter embarcações e instrumentos para a pesca como alternativa para aquisição de alimentos.

Uma segunda fonte de alimentos são as próprias comunidades de origem. Das 110 casas pesquisadas, 72 casas recebem alimentos da aldeia com alguma frequência – mensalmente (14), a cada dois meses (14), de três em três meses (12), a cada quatro meses (8) e outras respostas que indicam uma menor frequência. Os alimentos oriundos das comunidades mais citados são: banana (68), farinha (57), macaxeira (43) e carnes (30) – de caça, do mato, moqueada ou salgada. E a terceira fonte de alimentos são a feira e os comércios existentes em Atalaia do Norte. Perguntados com que frequência compram alimentos na cidade, responderam: uma vez por mês (49), diariamente (28), uma vez por semana (18), duas vezes por semana (5), a cada duas semanas (4), quando tem dinheiro (2), de vez em quando (1), quando podem (1) e quando recebem o pagamento (1). Os principais alimentos comprados na cidade são: arroz (88), frango (74), macarrão (55), açúcar (48) e peixe (44), outros alimentos foram mencionados com menor frequência.

A mudança nas formas de acesso aos alimentos vai modificando a dieta, isto nos parece inevitável e óbvio, no entanto, para que tenhamos uma maior clareza sobre estas modificações optamos por incluir questões em que eles pudessem manifestar suas impressões a respeito e identificar o que consideram como novos alimentos inseridos na dieta. A partir da questão “Quanto mudou sua alimentação em relação à aldeia?” obtivemos diversas respostas, as quais classificamos da seguinte forma: A alimentação é diferente (9); A alimentação é muito diferente (4); Mudou (bastante e muito) (54); Mudou pouco (12); Não mudou (16); e Não souberam responder e outras afirmações (12). Tal mudança pode ser expressa nos alimentos que passaram a ser consumidos comumente, mas que antes não consumiam: arroz (56), frango congelado (47), macarrão (37), calabresa (31), pão (27) e salsicha (23).

A partir da técnica de recordatório das refeições foi possível construir uma representação dos horários e dos alimentos consumidos pelos indígenas ao longo do dia (Reis et al., 2020). Dados que também podem, associados a outras informações, fomentar uma melhor análise da dieta e dos hábitos alimentares dos indígenas do Vale do Javari ao residir na cidade.

Identificamos que 71 dos entrevistados/as compartilham alimentos e refeições com parentes e/ou vizinhos. Analisado em conjunto com a possibilidade de criar ou plantar, com o envio de alimentos das comunidades e a disponibilidade de dinheiro para comprar comida na cidade, o ato de compartilhar alimentos e refeições manteve um índice alto entre as famílias.

Para avaliação do grau de insegurança alimentar, selecionamos e adaptamos questões da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar/EBIA. Foram aplicadas seis questões, sendo duas voltadas especificamente às crianças, a partir das quais identificamos um significativo índice de insegurança alimentar entre as famílias indígenas que estão vivendo na cidade (Reis et al., 2020, p. 24).

Estes dados sobre alimentação fomentam algumas considerações. A partir deles, mas não somente, podemos observar a manutenção de laços entre os indígenas que residem na cidade e as comunidades em que vivem seus familiares. A prática de enviar alimentos das comunidades, associadas ao envio de dinheiro oriundos da remuneração de empregos, pequenas trocas comerciais e/ou de benefícios sociais, configura tanto o envolvimento afetivo entre parentes em localidades distantes, quanto um trânsito constante de pessoas, alimentos e outros objetos, entre comunidades e a cidade. Por outro lado, há de se reconhecer uma tendência à dependência monetária para aquisição de alimentos e a diminuição na diversidade de alimentos consumidos, esta limitada diretamente pela oferta da feira e dos mercadinhos existentes.

A apresentação destes dados no Seminário sobre políticas públicas para indígenas na cidade (realizado em novembro de 2018) gerou um intenso debate. Passando por questões como a manutenção de práticas de partilha de alimentos e refeições, uma preocupação com situações de vulnerabilidade às que indígenas estariam submetidos e, principalmente, sobre possibilidades de ações e projetos que promovam a produção de alimentos associadas à geração de renda.

1.3 Educação

Dos 110 entrevistados/as, 73 (66%) afirmaram que a principal motivação para residirem na cidade é a “Procura de melhores condições de educação” de ao menos um dos residentes da casa (Quadro 1). E, do universo de 748 indígenas residindo em Atalaia, 476 são estudantes (63,6%), dos quais 188 estão matriculados no Ensino Fundamental I, 133 no Ensino Fundamental II, 88 no Ensino Médio, 26 na Educação de

Jovens e Adultos (EJA) – Fundamental, 2 na EJA – Ensino Médio, 12 no Ensino Superior e 20 outras situações incluindo creche e pré-escola (Tabela 2).

Tabela 2 – Estudantes indígenas do Vale do Javari na cidade de Atalaia do Norte

	Kanamari		Kokama		Kulina		Marubo		NR	Matis		Matsés		Tikuna		Total Ano/curso
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher		Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
1º ano do ensino fundamental	6	6	0	1	0	0	9	4		2	1	4	6	1	0	40
2º ano do ensino fundamental	6	5	0	0	0	1	4	6		2	2	6	4	0	0	36
3º ano do ensino fundamental	6	4	1	0	0	0	6	7		1	0	5	6	0	0	36
4º ano do ensino fundamental	6	5	0	0	0	0	4	3		1	0	8	6	0	0	33
5º ano do ensino fundamental	0	5	1	0	0	1	11	9		2	0	8	6	0	0	43
6º ano do ensino fundamental	4	2	1	1	0	0	5	6		2	0	9	7	0	0	37
7º ano do ensino fundamental	1	1	0	0	0	1	8	5		3	1	12	7	0	0	39
8º ano do ensino fundamental	2	1	0	0	0	0	7	0		3	0	6	1	0	0	20
9º ano do ensino fundamental	2	2	0	1	0	0	8	8		1	1	10	4	0	0	37
1º ano do ensino médio	7	2	0	0	0	0	11	3		2	2	10	2	0	0	39
2º ano do ensino médio	0	1	0	0	0	0	5	5		4	0	3	2	0	0	20
3º ano do ensino médio	0	0	0	1	0	0	10	3		6	0	6	3	0	0	29
Creche	2	1	0	0	0	0	1	2		0	0	1	0	0	0	7
Pré-escola	1	0	0	0	0	0	1	3		1	1	0	1	0	0	8
EJA -fundamental	2	3	0	0	0	1	7	3		3	0	2	5	0	0	26
EJA – médio	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2
Superior	2	1	0	0	0	0	7	0		1	0	1	0	0	0	12
Outro	0	0	0	0	0	0	0	0		1	0	1	0	0	0	2
Não sabe/não respondeu	0	0	0	0	0	0	4	2		0	0	0	0	0	0	6
Curso Técnico	0	0	0	0	0	0	1	1		0	0	0	0	0	0	2
Técnico em Enfermagem	0	0	0	0	0	0	1	1		0	0	0	0	0	0	2
Subtotal por Sexo	47	39	3	4	0	4	110	71	1	35	8	92	60	1	1	476
Total por povo	86		7		4		182			43		152		2		
Estudantes do sexo feminino										187						
Estudantes do sexo masculino										288						
Total de estudantes indígenas										476						

Observa-se uma quantidade significativa de indígenas do sexo masculino na condição de estudantes, correspondendo a 60,5% do total. Quando comparado ao total de indígenas residentes em Atalaia do Norte temos a seguinte situação: 69% das pessoas do sexo masculino e 56,8% das pessoas do sexo feminino são estudantes; 61,4% dos Kanamari, 50% dos Kokama, 66,7% dos Kulina, 63,4% dos Marubo, 70,5% dos Matis, 64,9% dos Matsés e 50% dos Tikuna estão matriculados em creches, escolas, cursos técnicos ou universidades. Também podemos observar a distribuição de indígenas estudantes em relação às faixas etárias (Tabela 3), com destaque para a faixa que compreende de 8 a 12 anos de idade na qual somente uma pessoa não está estudando. Se somarmos os estudantes indígenas com idades entre 4 e 18 anos (316), identificamos que correspondem a 66,4% dos estudantes indígenas.

Tabela 3 – Percentual de indígenas estudando por faixa etária

Faixa Etária	Indígenas	Estudantes	% Estudantes em relação à faixa etária
0 a 3 anos	86	4	4,6%
4 a 7 anos	91	76	83,5%
8 a 12 anos	107	106	99,1%
13 a 18 anos	146	134	91,8%
19 a 25 anos	138	99	71,7%
26 a 30 anos	53	21	39,6%

31 a 39 anos	49	25	51%
40 a 45 anos	16	6	37,5%
46 a 49 anos	11	0	0
50 a 59 anos	11	0	0
60 a 65 anos	12	1	8,3%
Mais de 65 anos	7	1	14,3%
Idade não informada	21	3	14,3%
	748	476	63,6%

Dados oficiais fornecidos pela representação da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-AM) informam que estão matriculados 431 estudantes indígenas nas escolas da rede estadual que atende Atalaia do Norte. Desses, 268 estão matriculados nas cinco escolas localizadas na sede do município, e 163 estão assistindo às aulas na Terra Indígena, onde existem apenas sete anexos, sendo que seis pertencentes à Escola Estadual Pio Veiga e um à Escola Estadual Marechal Castelo Branco.

As demandas dos indígenas por acesso à educação escolar tem sido pauta de diversos fóruns do movimento indígena, da atuação da Coordenação de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação de Atalaia do Norte e de ações de cobrança para com a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. Destes debates e movimentação política tem resultado ações do Ministério Público Federal com o objetivo de que sejam instaladas escolas com Ensino Médio no interior da Terra Indígena, vereadores indígenas também têm tomado este tema como uma das suas principais pautas de reivindicação no âmbito do município e em encontros do movimento indígena estadual.

Entrevistas e conversas informais com jovens indígenas que vivem atualmente em Atalaia do Norte revelam que a procura de melhores condições de educação não se limita ao acesso ao Ensino Médio, muitos destes jovens buscam realizar Cursos Técnicos e Profissionalizantes disponíveis na região, em especial os da área de saúde, com a projeção de atuarem profissionalmente em trabalhos voltados aos povos indígenas como os do DSEI-Vale do Javari. Com o aumento na última década de indígenas do Vale do Javari que concluíram o Ensino Médio, tem crescido paulatinamente a presença em cursos superiores da UFAM e da UEA nos municípios vizinhos de Benjamin Constant e Tabatinga, assim como a saída para outros municípios.

O avanço na sistematização e análise dos dados censitários e os disponibilizados pelas secretarias de educação, associado aos depoimentos e entrevistas registrados nos últimos anos apontam para um quadro que não se limita a ter ou não escolas suficientes

no interior da Terra Indígena, mas, que incluem outros aspectos como a profissionalização e a articulação com processos políticos.

1.4 Relação com grupos religiosos

No questionário do censo aplicamos algumas questões que permitem identificar a atualidade destas relações na cidade de Atalaia do Norte. Uma família (Matsés) informou “Questões religiosas” como motivo para ter se mudado para a cidade, esta mudança ocorreu antes de 2008 e a família atualmente afirma frequentar a igreja Batista. O entrevistado desta família também respondeu ter recebido incentivo da igreja Batista para mudar para a cidade e que isto estaria relacionado ao “incentivo para estudar”. Na cidade, os indígenas do Vale do Javari mantêm relações com diferentes denominações religiosas⁸, com destaque para: Batista (23), Católica (16), Assembleia de Deus (9) e Testemunha de Jeová (9), além das famílias que afirmaram manter práticas relacionadas às crenças do povo a que pertencem (15).

Não obstante a maior influência de Batistas e Católicos, observações durante a pesquisa de campo em 2018 e informações que circularam no início de 2019 chamam atenção para a crescente influência dos Testemunhas de Jeová. Notei uma maior atuação nas três cidades vizinhas – Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga – e, em especial, o estabelecimento de residência de missionárias em Atalaia do Norte onde pude constatar a aproximação com estudantes indígenas e me foi relatado a contratação de aulas de ensino de línguas indígenas em troca de *smartphones* ou outros aparelhos. E, nos primeiros dias de 2019, este grupo exerceu pressão junto a Coordenação Regional da Funai para ingressar na TIVJ com finalidades missionárias. Sem nos estender sobre este assunto, cabe registrar que no ano corrente há um forte assédio de grupos missionários como tem sido denunciado pela UNIVAJA em notas e através de ações judiciais com o objetivo de proibir o ingresso na TI⁹.

1.5 Conflitos, discriminação e violência

Dentre os motivos para mudar para a cidade, três entrevistados nos deram respostas que estão relacionadas à situações conflituosas ou de violência: “conflito interno na

⁸ Algumas pessoas informaram mais de uma alternativa, como a realização de práticas ligadas ao povo de origem e o ato de frequentar alguma igreja na cidade.

⁹ A exemplo da “Nota à Imprensa: Aumento do assédio de grupos missionários fundamentalistas no Vale do Javari” que circulou em redes sociais e está disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/nota-da-univaja-imprensa-aumento-do-assedio-de-grupos-missionarios-fundamentalistas-no-vale-do-javari/> (Acessada em: 5 outubro 2020).

comunidade de residência anterior”; “conflito de terra” e “conflitos familiares”. Estas três situações, além de terem sido todas mencionadas por pessoas do povo Kanamari, dizem respeito a mudanças que ocorreram antes de 2008. Sem ter sido possível identificar a comunidade em que teria ocorrido, um destes entrevistados/as ainda mencionou que “Na época a Funai obrigou a sair das terras” quando perguntado se haviam recebido incentivo de algum órgão ou instituição para mudar para a cidade.

Buscamos também identificar a existência de conflitos na cidade. Perguntados se desde a chegada à cidade tinham conhecimento de conflitos relacionados à posse da terra ou por recursos naturais, 28 entrevistados/as responderam que sim. Dentre as situações de conflitos mencionadas chama atenção o fato de revelarem manifestações de discriminação e de contrariedade quanto à presença de indígenas (Reis et. al, 2020, p.28).

Em outras duas questões relacionadas à conflitos e violência buscamos identificar outras manifestações de preconceito e discriminação contra os indígenas. Dos 110 entrevistados/as, 56 responderam que já sofreram algum tipo de violência na cidade em que se destacam as menções à “Discriminação ou racismo” (22) e “Preconceito” (27) (Tabela 4). Aos que responderam afirmativamente, também foi perguntado se adotaram alguma medida em relação a violência sofrida ao que responderam: “Nada” (40); “Denunciou à polícia” (13); e “Procurou a Funai” (3).

Tabela 4 – Violências sofridas na cidade

	Kanamari	Kokama	Marubo	Matis	Matsés	Total
Discriminação ou racismo	7	1	8	1	5	22
Preconceito	8	0	16	0	3	27
Ameaça de morte	4	0	3	0	0	7
Violência sexual	3	0	0	0	0	3
Agressão física	8	0	2	1	4	15
Agressão verbal	6	0	3	2	5	16
Danificaram o acesso à água encanada	0	0	0	0	1	1
Fofoca	0	0	0	0	1	1
Total	36	1	32	4	19	92

Perguntados se “em alguma situação se sentiram desrespeitados/as por serem indígenas”, nossos interlocutores responderam: “Sim” (67), “Não” (40) e três não responderam a esta questão. Correlacionando as respostas afirmativas ao povo a que pertence o/a entrevistado/a temos a seguinte distribuição: Marubo (31); Matsés (16);

Kanamari (14); Matis (5); e (1) Kokama. Sendo os principais locais em que tais situações teriam ocorrido: bancos ou lotéricas (30), escolas (29), hospital (20) e em ruas, praças ou outros locais públicos (17). No entanto, também há menções aos órgãos indigenistas: Funai (8) e Casai/Sesai (7).

Cabe considerar que as agências bancárias e casas lotéricas, os locais de atendimento em saúde e os estabelecimentos dos órgãos indigenistas, além de atenderem aos indígenas que residem na cidade são procurados constantemente por indígenas que se deslocam das aldeias para recebimento de benefícios sociais, tratamentos de saúde ou assistência indigenista especializada. Se, por um lado, isto pode explicar que sejam lembrados com mais frequência, por outro, nos preocupa justamente por serem espaços de necessária interação com indígenas. Por sua vez, também merece atenção o fato de as escolas aparecerem como locais em que ocorrem situações de discriminação, não que isto fosse totalmente inesperado, porém, que merece ser alvo de ações das organizações indígenas em parceria com os órgãos educacionais para sua superação.

No tocante à acusações e envolvimento em práticas de violência, primeiramente, perguntamos se alguém da residência já havia sido acusado/a de ter cometido algum crime ou ato de violência na cidade, ao que 21 (19,1%) responderam afirmativamente. Destes, 9 eram Kanamari, 7 Matsés e 5 Marubo. E as principais acusações foram de “furto” (9) e “agressão física” (7).

Uma das preocupações manifestadas nas reuniões de discussão de temas e de elaboração das perguntas para o recenseamento era a dos problemas relacionados ao consumo de álcool e drogas ilícitas. Assim, um dos itens do questionário perguntava se o entrevistado/a tinha conhecimento de alguém da sua família ou outro indígena que estivesse com problemas relacionados ao alcoolismo ou outro tipo de dependência química. A isto, 51 (46,4%) responderam afirmativamente, assim distribuídos ao correlacionados ao pertencimento étnico: Kanamari (17), Matsés (17), Marubo (13), Matis (3) e Kokama (1).

Quando perguntados se tinham conhecimento de indígena que tenha sido vítima ou cometido violência em decorrência do consumo de álcool ou outro tipo de drogas, 44 (40%) responderam que “Sim”. Os tipos de violência mencionados foram: “assassinato” (13), “agressão física” (7), “brigas na rua” (5), “agressão com faca” (4), “agressão contra membros da família” (2), “agressão verbal” (2), “furto” (2), “roubo” (1) e “tentativa de assassinato” (1). Quanto às menções a “assassinato”, podemos observar

que se referiam quase exclusivamente a um fato ocorrido em uma casa noturna da cidade em que teria tido a participação de um Matsés, no entanto, no momento da pesquisa o caso estava sob investigação.

1.6 Ocupação, fontes de renda e benefícios sociais

Dentre os motivos para mudar para a cidade, oito entrevistados/as deram respostas relacionadas à “Trabalho”, sendo 3 para “Transferência de trabalho” e 5 (todos Marubo) para “Procura de trabalho”. Relacionando ao tempo que estão morando na cidade, destas oito menções à trabalho como motivo principal para o deslocamento, seis ocorreram antes do ano de 2008.

Conforme podemos observar na Tabela 5, 86 indígenas informaram ter alguma ocupação (excluídos destas cifras os estudantes). Considerando somente as pessoas maiores de 18 anos que informaram ter uma ocupação (81), o percentual em relação ao total de indígenas das mesmas faixas etárias é de 25,5%. Não consideramos neste cálculo cinco pessoas com idades entre 13 e 18 anos que informaram como ocupação “afazeres domésticos”.

Na mesma tabela podemos observar que 54 pessoas recebem alguma remuneração, ou seja, 66,7% das pessoas maiores de 18 anos com ocupação. Por sua vez, somente 23 pessoas estão empregadas com Carteira assinada, o que corresponde à 42,6% das pessoas que recebem alguma remuneração por seu trabalho e à 28,4% das pessoas maiores de 18 anos com alguma ocupação diferente de “estudante” e de “afazeres domésticos”. A diferença entre homens e mulheres é significativa, pois, dentre as pessoas com trabalho remunerado, somente 25,9% são do sexo feminino. Enquanto que, somente seis mulheres têm a Carteira de Trabalho assinada, o que corresponde a 26,1% do total de indígenas nesta condição. Das 23 pessoas com carteira assinada, 17 são funcionários da SESAI (12 homens e 5 mulheres).

Uma outra fonte de renda para os indígenas são os “benefícios sociais”, como as aposentadorias e programas de transferência de renda, principalmente o Programa Bolsa Família. Do total de indígenas identificados na pesquisa, 92 recebem algum benefício social, ou seja, 12,3%. Dos quais, 68 são mulheres e 24 são homens (Tabela 5). Os benefícios mencionados foram: Bolsa Família (64); Aposentadoria (19); Seguro-Desemprego (3); Pensão (1); e 5 não informaram qual benefício.

Observações e diálogos no cotidiano da cidade revelam que recursos de aposentadorias e do Bolsa Família de pessoas que permanecem morando nas aldeias

também são utilizados na manutenção dos indígenas na cidade, seja na transferência parcial ou mesmo total para pagamento de despesas dos parentes, mediante a entrega do cartão para os que moram na cidade ou nos constantes deslocamentos para recebimento do benefício e, junto a isso, a visita aos parentes e as compras nos comércios de Atalaia do Norte e de cidades vizinhas.

Tabela 5- Dados sobre recebimento de benefícios sociais e situação ocupacional

	Kanamari			Kokama			Kulina			Marubo			Matis			Matsés			Tikuna			M	F	T
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T						
Recebe algum Benefício Social	1	12	13	1	1	2	0	0	0	12	32	44	3	2	5	7	20	27	0	1	1	24	68	92
Tem alguma ocupação (que não seja Estudante)	9	13	22	0	0	0	1	1	2	20	12	32	5	4	9	16	5	21	0	0	0	51	35	86
Ocupação remunerada	8	6	14	0	0	0	0	1	1	18	5	23	5	0	5	9	2	11	0	0	0	40	14	54
Empregado/a com Carteira assinada	0	2	2	0	0	0	0	0	0	9	4	13	4	0	4	4	0	4	0	0	0	17	6	23

*M= Masculino; F=Feminino; T=Total

2 Entre lembranças das aldeias e percepções sobre a cidade

Quais as lembranças sobre os locais em que nasceram e viveram parte da vida? Como percebem e sentem a vida na cidade? O que avaliam sobre suas atuais condições de moradia? Quais as razões para permanecer na cidade ou quais os motivos para voltar para a Terra Indígena?

Ainda que não vejamos cidade e terra indígena como espaços dicotômicos, e que não partimos da ideia de migração para a cidade e tudo o que está relacionado a esta ideia, como: a separação urbano e rural, ou como se a cidade fosse um local ao qual de fato os indígenas não pertencessem e que, portanto, migraram do *seu lugar* para um *novo lugar*. Buscamos identificar as avaliações sobre a vida na cidade e as lembranças sobre os locais em que viviam antes, e conhecer sobre a vontade – naquele momento – de continuar ou não morando na cidade e os motivos que orientam tais escolhas.

As descrições sobre os locais em que viveram anteriormente a cidade são marcadas pela beleza e, principalmente, pela fartura de alimentos. A abundância de recursos naturais é relacionada a oportunidades de trabalho, manutenção da família e a alimentação saudável e farta. Em algumas das respostas a descrição era seguida da indicação de contrapontos à cidade, nas quais se destacam a necessidade de dinheiro

para a manutenção da família. Houve também comparações que reiteraram a ausência de escolas e de atendimento médico nas aldeias.

Conforme sistematizado na Tabela 6, 87 entrevistados/as (79,1%) responderam que pretendem retornar a morar na Terra Indígena. Entre as respostas sobre os motivos para voltarem a morar nas aldeias há diversas menções à somente estarem na cidade de passagem, mas, que gostam de morar na aldeia. Assim como, aqueles que mencionam que pretendem transitar entre as aldeias e as cidades. Houve 35 respostas afirmando que só permanecerão na cidade o período necessário para conclusão de estudos, do entrevistado/a ou de algum parente; 5 menções à expectativa de retornar para as aldeias para trabalhar, principalmente na área de saúde ou enquanto professor; e 5 respostas mencionaram que pretendem retornar quando concluírem o tratamento de saúde na cidade.

Entre os que responderam que não pretendem retornar (18,2%), os motivos informados foram: 5 menções à necessidade de continuidade de estudos, própria ou de algum parente; 3 respostas manifestaram a ausência de familiares na aldeia que residia antes da cidade, seja por falecimento de parentes, ou por separações conjugais; 1 menção à necessidade de manutenção do trabalho na cidade; 3 respostas indicam terem “se acostumado” com a vida na cidade; e 3 explicitaram o desejo de alternar períodos de moradia na cidade e na aldeia.

Tabela 6 -

	Pretende voltar para lá?		Pretende trazer (mais) alguém da sua família para cá?		Gosta de morar em Atalaia do Norte ?		
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	“Mais ou Menos”
Kanamari	12	7	1	17	13	4	3
Kokama	1	0	0	1	1	0	0
Marubo	40	7	6	40	22	20	4
Matis	9	0	3	5	4	2	3
Matsés	25	6	11	20	18	11	2
Total	87	20	21	83	58	37	12
	Não responderam:3		Não responderam: 6		Não responderam:3		

Numa relação inversa, contudo coerente com as respostas à pergunta descrita acima, obtivemos 83 respostas negativas quando perguntamos se os entrevistados/as pretendiam trazer mais algum membro da família para a cidade. Dentre estes, há aqueles que afirmaram que já estariam com toda a sua “família” na cidade ou que os parentes

próximos já estão morando na cidade, portanto, não teriam mais alguém à trazer. Outros consideram a cidade um lugar perigoso, tendo alguns mencionado “drogas” e “prostituição” como um problema na cidade, e que não pretendem trazer mais parentes, mas, sim, voltar para a aldeia. Algumas pessoas simplesmente responderam que pretendem voltar para a aldeia. E, muitos afirmaram que consideram difícil se manter na cidade e por isso não teriam condições financeiras de trazer outros parentes. Das 21 respostas positivas, somente três não mencionaram a busca de melhores condições de estudo como motivo para trazer mais familiares.

Quando perguntados/as se gostam de morar na cidade: 52,7% responderam que Sim; 33,6% Não; e 10,9% se expressaram com “mais ou menos”. Das 37 pessoas que responderam que não gostam de morar na cidade, 14 informaram a oportunidade de concluir os estudos escolares como motivo para permanecer. Entre os outros motivos alegados, destaca-se afirmações de que a cidade é um local “difícil”; de que é caro viver na cidade, pois, há muita “dependência do dinheiro”; e que permanecem na cidade para acompanhamento de parentes, especialmente, filhos/as.

Por sua vez, dentre as justificativas das respostas positivas, 19 entrevistados/as mencionaram como o principal motivo que o/a faz gostar da cidade a oportunidade de estudos, para si próprio e/ou para outro membro da família, especialmente filhos/as. Três relacionaram ao fato de estarem trabalhando. Seis consideram a cidade um local tranquilo, nove responderam que é “bom” morar na cidade e quatro afirmaram que a proximidade com parentes da cidade é o que faz gostar da cidade. Entre os que responderam “mais ou menos”, a oportunidade de estudos foi cinco vezes mencionada como aspecto que os motivam a permanecer na cidade. Alguns apontaram precisar morar na cidade, mas, consideram a aldeia “melhor”.

Buscamos também identificar a percepção dos entrevistados/as sobre o sentimento dos demais moradores em relação a cidade, sendo que 51 afirmaram que seus familiares gostam de morar na cidade e 44 responderam negativamente. Os motivos elencados não são diferentes dos acima descritos, sendo a oportunidade de acesso a educação escolar o principal motivo para a permanência na cidade.

3 Considerações para seguir adiante

Sabemos que o desenvolvimento de técnicas censitárias – assim como a Antropologia – coincide com os processos de colonização. A produção de dados estatísticos esteve assim relacionada ao controle social, a partir da formulação e

execução de técnicas de registro e contabilidade de populações e de territórios, articuladas a discursos de governo, portanto, fomentando condições para o exercício do poder de um soberano (Oliveira, 2016). No entanto, em situação semelhante à relatada por Colman et. al. (2010), as lideranças demandantes da realização do censo expressavam a necessidade de que a própria população indígena conheça e saiba manejar essas informações e suas formas de produção. Na condição de legisladores e secretários municipais, ou, de membros de conselhos e coordenações, expressavam a necessidade de contar sujeitos e processos sociais para formular ou exigir a implantação de políticas. Esta apropriação de uma técnica de governo para fundamentação de ações e discursos políticos a partir de suas próprias demandas pôde também ser observada na participação dos indígenas em todas as etapas do Censo – identificação de domicílios, definição de temas, formulação e revisão das questões, aplicação do questionário e realização de um seminário municipal para debate dos dados sistematizados.

Conhecer e procurar dominar uma nova linguagem, novos códigos sociais, reformular formas de organização comunitárias, constituir novas alianças, ocupar espaços de tomada de decisão (Conselhos, Conferências, Câmara Municipal, dentre outros) ou mesmo criar novas instâncias de formulação e execução de políticas (Secretarias e coordenações municipais), são exemplos de como os indígenas do Vale do Javari são parte de diferentes redes de poder, da construção de “cidades” e da própria formação do “estado”.

O aumento de moradores indígenas na “cidade” de Atalaia do Norte e a crescente atuação política de indígenas em estruturas governamentais fomentam a reflexão crítica sobre as oposições aldeias/cidade e índios/não-índios. Em determinadas situações é possível observar que políticos locais, servidores públicos e parte da chamada população “não indígena” compartilham a compreensão de que o “estar na cidade” (morar, trabalhar, estudar, ocupar cargos políticos, ter acesso à benefícios sociais, dentre outros aspectos) se constitui como negação do “ser indígena”, portanto, de sua “identidade étnica”.

Expressões como “índios urbanos”, “assimilados”, “aculturados” ou “desaldeados” refletem um ideal preconceituoso que busca estabelecer o lugar – espacial e social – dos indígenas no Brasil. São comuns a percepção e os discursos que assinalam que “vir para a cidade” é igual a “deixar de ser índio” e de que estão “abandonando a Terra Indígena”. Tais discursos podem ser questionados a partir dos dados reunidos nesta pesquisa censitária que demonstrou diferentes fluxos de mobilidade e continuidades entre a terra

indígena e a cidade e, sobretudo, se articulado com estudos etnográficos. Daniela M. Peluso (2015), ressalta que a mobilidade de indígenas raramente implica uma ausência, ou deslocamento permanente da comunidade de origem para a cidade. A movimentação de indígenas nestes contextos implica um posicionamento flexível dos indivíduos como agentes urbanos, o que permite a criação de uma série de vínculos ativos entre cidade e comunidades. O processo de urbanização indígena implica tanto em uma maior presença indígena nas cidades, quanto no crescimento da cidade devido à presença indígena.

A articulação entre pesquisas demográficas e etnográficas possibilitam uma melhor compreensão das dinâmicas de mobilidade indígena. E, tomando a política indígena como agente principal, os estudos realizados até aqui têm demonstrado relações de continuidade e de interdependência entre os processos de territorialização, a manutenção do território demarcado e a atual presença na cidade. Assim, o desenvolvimento desta pesquisa propõe uma abordagem que considera o tempo e a análise das diferentes situações históricas - como as que antecedem a demarcação, o processo de mobilização pelo reconhecimento territorial e o período pós-demarcação - como elementos primordiais para a compreensão das transformações das relações e das dinâmicas territoriais indígenas.

Se faz pertinente refletir sobre o que é "cidade" e "urbano" na Amazônia a partir das diversas formas de continuidade com territórios indígenas e estabelecer um debate crítico com as formulações fundadas nas dicotomias rural-urbano; índios-não índios/índios urbanos. Assim, mais do que uma simples ocupação, interação ou transformação pontual de zonas urbanas, estas dinâmicas sugerem ser pensadas enquanto interface urbano-rural, uma estreita e dinâmica articulação entre múltiplos lugares, espaços, ambientes, processos e atores, e que envolvem não somente as cidades, mas também, os demais espaços, como florestas, rios, lagos, etc. Neste sentido nos parece pertinente o diálogo com pesquisas geográficas que têm sugerido pensar em uma interconexão entre o rural e o urbano em que um não pode ser entendido fora do contexto do outro e das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e territoriais que transformam e se transformam durante o processo (Alexiades et. al., 2016; Bartoli, 2017; dentre outros). Acrescenta-se ainda o debate recente acerca da urbanização da Amazônia, a exemplo dos trabalhos de Tatiana Schor sobre as cidades na calha do Solimões (Schor, 2013; Schor et al., 2015; dentre outros) e com a produção de pesquisadores e pesquisadoras vinculados ao Grupo de Estudios Transfronterizos que

tem se dedicado às dinâmicas urbanas contemporâneas na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru (a exemplo de: Zárate; Motta; Ramírez, 2016; Zárate; Carvajal, 2017; Zárate; Urrego, 2018).

Referências

ALEXIADES, M. et al. La urbanización indígena en la Amazonia. Un nuevo contexto de articulación social y territorial. *Gazeta de Antropología*, 32 (1), 2016.

BARTOLI, E. *O retorno ao território a partir da cidade: sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM)*. Tese de Doutorado. 2017.

CAMPOS, M. B. de; ESTANISLAU, B. R. Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 33, n. 2, p. 441-449, 2016.

COLMAN, R. S. et. al. “Mobilidade Espacial Guarani e Kaiowá”. *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010. Características da População e dos Domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

OLIVEIRA, J. P. de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PAZ, M. *Afirmção Étnica no espaço escolar: relações interétnicas e cultura indígena nas escolas de Atalaia do Norte/AM*. Monografia (Antropologia). UFAM, 2014.

PELUSO, D. M. Circulating between rural and urban communities: Multisited dwellings in Amazonian frontiers. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v. 20, n. 1, p. 57-79, 2015.

REIS, R. et al. Povos indígenas do Vale do Javari e o perfil sociodemográfico na cidade de Atalaia do Norte – AM. *Cadernos de Estudos Socioambientais*, v. 1, n. 1, jul. 2020.

SCHOR, T. As cidades invisíveis da Amazônia brasileira. *Mercator-Revista de Geografia da UFC*, v. 12, n. 28, p. 67-84, 2013.

SCHOR, T. et al. Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares. *Confins*, n. 24, 2015.

ZÁRATE, C. G.; CARVAJAL, N. I. Los retos actuales de las ciudades fronterizas amazónicas. *Mundo Amazónico*, v. 8, n. 2, p. 7–10, 2017.

ZÁRATE, C. G.; MOTTA, J. M. A.; RAMÍREZ, N. A. V. *Perfil de una región transfronteriza en la Amazonia: la posible integración de las políticas de frontera de Brasil, Colombia y Perú*. Universidad Nacional de Colombia, 2017.

ZÁRATE, C. G.; URREGO, Á. L. Indígenas en ciudades “pares” en la Amazonia, entre la invisibilidad y la territorialidad urbana: Una mirada retrospectiva. *Anuário Antropológico*, n. II, p. 113–137, 2018.